

FHC

# Pré-Natal com Fernando Henrique

Octavio Mello Alvarenga

• Retorno de Brasília com a alma lavada. Afinal, toda a cúpula dos três poderes, do presidente da República aos ministros de maior evidência, hoje se preocupam, empenham-se, discutem e refletem sobre novas maneiras de colaborar num processo integrado de desenvolvimento agrícola.

Numa só semana nasceram várias medidas de ordem judicial e tributária na clínica da reforma agrária, ou sejam: 1) a decretação pelo Congresso Nacional de lei complementar dispondo sobre procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de imóvel rural, por interesse social; 2) a promulgação da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro corrente, que dispõe sobre o ITR e o pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária.

Outra criança saltou da caixa de Pandora na clínica confiada ao ministro Paulo Renato: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pela qual tanto se bateu Florestan Fernandes e teve Darcy Ribeiro como relator. Depois de oito anos de espera — mais tempo do que o prazo que Jacó serviu a Labão (“pai de Raquel, serrana.bela”) — e graças sobretudo ao empenho desse incansável ministro Paulo Renato Souza veio ao mundo, já bem taludinha, essa lei revolucionária.

Algumas novidades: terminou a obrigatoriedade do exame vestibular para ingresso no ensino superior; o ensino à distância passa a ser regulamentado; um curso normal superior irá garantir melhor formação para professores de 1ª a 4ª séries; novos centros universitários terão a autonomia administrativa que, hoje, somente é atribuída às universidades.

Sexta feira, à tarde, Brasília parecia uma parturiente, exausta, porém feliz.

E como estava o obstetra de tantos gêmeos? Em verdade, em verdade vos digo que ao final de um dia afanoso, posterior a um outro não menos exigente, o médico Fernando Henrique Cardoso não apresentava o menor sintoma de fadiga. Pelo contrário. Sua lucidez e capacidade intelectual justificavam bem recente observação que ouvi do ex-presidente equatoriano Rodrigo Borja. Ao se referir aos chefes de Estado, vivos, Borja considerou invejável a posição do Brasil, dizendo: “você têm sorte, pois elegeram o presidente mais culto da América”.

Na véspera ele pronunciara um discurso imenso, verdadeira prestação de contas administrativa; na parte da manhã promulgara a nova lei de diretrizes e bases da educação. Depois do almoço, no entanto, cumpria rigorosamente sua agenda pré-natalina na qual inserira tempo generoso para ouvir e dialogar sobre as realizações e os planos da pré-centenária Sociedade Nacional de Agricultura.

Pela primeira vez desde 1968, e lá se vão quase trinta anos, vejo na atuação dos ministérios da Agricultura e da Educação o desenvolvimento de linhas de atuação política apontando para um vértice auspicioso.

Quando o presidente Fernando Henrique fez questão de lançar o Plano de Safra de 1996 na data certa, ampliando créditos e criando o Pronaf (para atender a agricultura familiar), e mais ainda, quando o ministro Arlindo Porto criou um fórum permanente da agricultura, com trinta e três grupos temáticos coordenados pelo secretário-executivo Ailton Barcelos Fernandes e Roberto Rodrigues, abriu-se um horizonte

inusitado de participação do setor privado na confecção da própria argamassa da política agrícola.

O ministro Raul Jungmann, vitorioso na maneira de conduzir e de obter a aprovação da lei sobre o ITR, tem sua retaguarda bem garantida. O sociólogo Fernando Henrique já escrevera cinco anos atrás: “ao enfrentar a questão agrária brasileira ou se tem a coragem política de romper com preconceitos ideológicos ou, em nome de generosos ideais de erradicação da miséria, acabaremos sendo acusados (...) de mentirosos ou de incompetentes”. E usando o bisturi como arma de guerra: “é preciso redefinir o que se entende por latifúndio (tanto por extensão como por exploração); é preciso dispor de um novo e adequado cadastro da propriedade rural; é preciso fazer uma regionalização efetiva do país para fins de política fundiária e é preciso evitar a separação maléfica entre “política agrícola” e “reforma agrária”, como se esta (...) fosse a salvação para os pobres e aquela — como o tem sido até hoje —, a benesse para os ricos”. Isto consta do prefácio ao trabalho “A Tragédia da Terra”, de Francisco Graziano.

Hoje, o ministro Jungmann tem um saldo de desapropriações imenso: “em 95 e 96, desapropriamos 3 milhões de hectares”. E sabe que o Governo assume uma responsabilidade grande: a de bem capacitar os novos assentados, beneficiários das desapropriações.

Espero que esteja chegando a vez da justiça agrária, há tantos anos predicada pela pré-centenária SNA. Tempo de Natal é tempo de esperança.

OCTAVIO MELLO ALVARENGA  
presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.